

*Paternalismo,
populismo e
história social*



PATERNALISMO, POPULISMO E HISTÓRIA SOCIAL

RESUMO

Se repararmos no debate sobre paternalismo, é possível constatar que a pesquisa histórica se defrontou com um termo crítico — e muitas vezes rebatido —; mas afinal resgatado e reformulado. Este artigo defende que esse procedimento pode ser estendido a populismo. Não é uma questão de preservar ou descartar, mas de examinar o que desejamos nomear e investigar e o que há como alternativa. Em relação às alternativas, outros aspectos da discussão sobre paternalismo contribuem para os rumos da história social.

PALAVRAS-CHAVE

História social; Paternalismo; Trabalhismo; Populismo

Antonio Luigi Negro¹

PATERNALISMO, POPULISMO E HISTÓRIA SOCIAL²

Aprendemos que as pessoas comuns eram, o mais das vezes, bem mais capazes que nós. Elas haviam levado ao esforço de guerra, em seus mais diferentes níveis, aptidões que nós, que havíamos tido uma criação protegida e havíamos ido, talvez, a escolas de alto nível, jamais tínhamos conhecido. Trabalhar com pessoas de todas as classes em todos os níveis de autoridade reforçou nosso socialismo e diminuiu qualquer hesitação que pudéssemos ter em adotar os valores revolucionários da liberdade, fraternidade e igualdade. Creio que foi essa experiência de servir na guerra, tanto como civis quanto como recrutas — homens e mulheres —, que despertou o grande interesse pela história das pessoas.

(Dorothy Thompson.)

INTRODUÇÃO

No Encontro Nacional da Associação Nacional de História (ANPUH) de 2003, nos debates em seguida às palestras, Ângela de Castro Gomes, em réplica a um dos presentes (que chamara o sindicalismo peronista de “pelego”), perguntou: *Se os escravos faziam o diabo, por que não os trabalhadores?*³ Com essa interrogação, Ângela de Castro Gomes se referiu ao avançado

¹ Professor da Universidade Federal da Bahia. negro@ufba.br

² Este artigo é resultado do projeto Diferenças, territórios, identidades: os trabalhadores no Brasil (1790-1930), apoiado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - PROCAD - da CAPES. Uma versão anterior foi apresentada na II Jornada Nacional de História do Trabalho, realizada no X Encontro Estadual de História da ANPUH/SC, de 30 de agosto a 2 de setembro de 2004, Florianópolis.

³ GOMES, A. de C. Propaganda política, construção do tempo e mito Vargas: o calendário de 1940. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. Mimeografado. Da mesma autora, ver: GOMES, A. de C. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. In: SEMINÁRIO BRASIL-ARGENTINA: A VISÃO DO OUTRO SOBRE A QUESTÃO SOCIAL, 2003, Buenos Aires. Mimeografado.

estágio dos estudos em história social que, para resumir, descoisificaram o lugar dos negros e dos escravos na história do Brasil. Esses estudos mostraram que o paternalismo senhorial — no campo ou na cidade, no privado ou na esfera pública, na casa-grande ou na lavoura, no sobrado ou nas ruas — podia ser negociado e carcomido. Mostraram, em segundo lugar, que isso podia acontecer tanto no cotidiano ordinário quanto desafiado em excepcionais lances de envergadura e ousadia (os quais eram urdididos durante o dia-a-dia de pessoas comuns).⁴

Exemplo dessa produção é o artigo de Marcus de Carvalho, que retoma o problema da participação política das classes subalternas querendo precisar o alcance de suas ações, bem como seus motivos. O universo: a Revolta Praieira, no Recife de 1848. Ao indagar se as classes subalternas eram uma massa de manobra que atendia *aos interesses das camadas superiores* ou se iam *além do roteiro estabelecido pelo patronato*, é respondido que — sim — as classes subalternas escapam da dominação e se defendem, exibindo interesses próprios. Investiga-se, para tal, a formação de lideranças *capazes de intermediar as relações entre a haute politique [alta política] partidária e os interesses imediatos dos trabalhadores livres pobres urbanos*. Um segundo exemplo vem, a calhar, da história social da escravidão: Soares e Gomes sustentam que *africanos e seus descendentes não viviam isolados do mundo das idéias*. Logo, *avaliavam a 'grande política' e a partir dela mantinham expectativas e empreendiam ações, provocando temor*.⁵

Sintetizando — e citando —, Sidney Chalhoub colocou a questão da seguinte maneira: *os senhores exerciam a sua prerrogativa de comprar e vender escravos no interior da arena da luta de classes, tinham de lidar com as expectativas e pressões dos cativos; podiam torturar e matar, mas sabiam que também corriam riscos*. Além destes riscos — certas

⁴ GOMES, F. dos S. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; LARA, S. H. 'Blowin' in the wind. E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, n. 12, 1995; REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos males, 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁵ CARVALHO, M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 45, p. 209-210, 2003; SOARES, C. E.; GOMES, F. Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 63, p. 132, 2002.

vezes traumáticos —, os senhores tinham de lidar com o dia-a-dia e os costumes em comum dos negros, apesar das diferenças e rivalidades vigentes. Com tradições reelaboradas na experiência sob o domínio senhorial, os cativos impunham-lhe limites *ao mesmo tempo em que, via de regra, ajudavam a reproduzi-lo*.⁶ Tais costumes, vale acrescentar, tinham serventia para vislumbrar *direitos incomuns*, levando a relação senhor/escravo (ou benfeitor/dependente, ou capital/trabalho) aos limites do imprevisível e até do insustentável. Em busca de uma posição vantajosa, o que exige estratégia e organização consistentes, as classes subalternas chegavam a alianças inesperadas, superando obstáculos de baixa auto-estima e desunião.

Em vista disso, a pergunta que se faz é: Se os escravos endiabravam a política de domínio senhorial, por que os trabalhadores não teriam feito o mesmo com a arquitetura da política trabalhista — e isso já nos anos 30 do século XX? Por quanto tempo, em segundo lugar, vamos nos haver com uma era populista — conduzida por um chefe maquiavélico —, durante a qual teria ocorrido o triunfo da manipulação (em que os trabalhadores tombam errantes, iludidos ou incapazes)?

Para começar, a classe trabalhadora — sob o cativo ou em liberdade — estava *presente ao seu próprio fazer-se*, num *processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos seus condicionamentos*.⁷ Dito isso, precisamos conhecer os nomes, os valores e estratégias, as iniciativas e rumos dos trabalhadores — ou das classes chamadas de “subalternas” ou “perigosas”, o que nos levará de encontro a duas posições muito aceitas e difundidas. A primeira alega o seguinte: os trabalhadores vivem em desarraigo social; são estranhos uns diante dos outros. São, mais ainda, rivais entre si. Não falam o mesmo idioma, seja na língua, seja na cultura. Em seu grande livro Eder Sader escreveu que, ao pintar os trabalhadores desse jeito — dispersos ou divididos (sendo assim impotentes para

⁶ CHALHOUB, S. A enxada e o guarda-chuva: a luta pela libertação dos escravos e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: SIMPÓSIO DA ANPUH, 21, 2001, Niterói. Mimeografado.

⁷ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9. v. 1.

formularem idéias, práticas e estratégias) —, se abre um vazio a ser preenchido pelo líder que eletriza a massa.⁸ A segunda posição com a qual vamos no chocar situa no operariado o manancial de recrutas anônimos para o qual, voltando-se um destacamento de elite, se arregimentará o invencível exército do proletariado. Desse jeito, ambas as posições tiram os trabalhadores de cena e se escalam em seu posto, agigantando-se no papel que atribuem a si mesmas: de cabeças letradas e esclarecidas, capazes de guiar os acontecimentos.

PATERNALISMO

No capítulo Patrícios e plebeus, Thompson afunda e acode o conceito de paternalismo.⁹ Ele afirma que se trata de um conceito impreciso, que recai sobre fenômenos díspares, no tempo e no espaço. Imprestável para comparações, paralelos ou contrastes, apenas rotula. Seu uso, por causa disso, registra desastrosa amplitude. Depois, sua própria perspectiva — estabelecida a partir de cima — não comporta uma relação, mas implica o oposto: uma via de mão única, sugerindo manipulação. A história é decidida no nível superior, aonde moram a clarividência, a habilidade, o plano e a iniciativa, mal importando o que vem debaixo — se é que debaixo vem alguma coisa.

Uma outra ressalva é acrescentada por causa da insinuação de solidariedade e coesão entre grupos sociais contrapostos: paternalismo *sugere calor humano, numa relação mutuamente consentida; o pai tem consciência dos deveres e responsabilidades para com o filho, o filho é submisso ou complacente na sua posição filial.*

Na seqüência mais objeção. Em forma de mito ou ideologia, paternalismo promove uma visão retrospectiva, que idealiza o passado, confundindo “atributos reais e ideológicos”. De tudo isso resulta, o não-reconhecimento do conflito de classes e, portanto, o desconhecimento da história das classes subalternas.

⁸ SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 31.

⁹ THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 29 et seq.

O conceito populismo tem sofrido várias censuras, algumas parecidas com as acima. Contudo, se os historiadores do paternalismo senhorial não jogaram fora a criança junto com a água do banho, a lavagem de populismo, em certos casos, chega à conclusão de que o termo não presta.¹⁰ Populismo (argumenta-se) é pecha que se joga no adversário, para denunciar sua farsante demagogia. Antes de ser usado, necessita explicar-se em demasia.¹¹ A partir de cima ou de forma exterior, é um conceito não só excessivamente elástico como também característico de abordagens etnocêntricas ou distanciadas. Não é operacional para vislumbrarmos as diferenças e os atritos entre as classes, ou dentro delas. Populismo nos induz, quase sempre, à tese do triunfo da manipulação, pois está baseado no preconceito de que “os outros” — sindicalistas, trabalhadores e os pobres — são uma massa débil e maleável, ou cúmplices de um jogo cínico e excludente.¹²

¹⁰ Um dos primeiros a descartar o conceito de populismo foi REIS FILHO, D. A. A maldição do populismo. *Linha Direta*, São Paulo, 6-12 set. 1997. Um rico debate é travado na coletânea organizada por FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. O debate prosseguiu em GOMES, A. de C. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 28, 2002. Ver também: MATTOS, M. B. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca, 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ, 2003. p. 23 et seq.

¹¹ Não é só populismo que se explica longamente. Peter Burke faz várias reservas ao uso de popular, cultura e cultura popular e, ao final, retém todos. Ver: BURKE, P. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 20 et seq. Sobre populismo, Fernando Teixeira da Silva arrolou várias objeções na comunicação: Trabalhadores, sindicalismo e política. Ver: SILVA, F. T. da. *Trabalhadores, sindicalismo e política*. In: SEMINÁRIO REVISITANDO A ERA VARGAS, Rio de Janeiro: Museu da República, Fundação Perseu Abramo, CPDOC/FGV, 2004. Mimeografado.

¹² Depois da queda de Perón em 1955, Daniel James observa que uma *imagem geral propagada pela mídia* (de violência e fraude da burocracia sindical sobre os trabalhadores) fundamentava a crença na subserviência do operariado defronte a autoridades políticas, empresariais e sindicais, ver: JAMES, D. *Resistance and integration. Peronism and the Argentine working class, 1946-1976*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 250.

TRABALHISMO

Ao argumentarem que é preciso reconhecer a diferença, a especificidade e o conflito, sobretudo a partir da invenção do trabalhismo (datada em 1942),¹³ os defensores do abandono mostram que não houve uma era populista incontestada, no período 1930-1964.¹⁴ Havia polarizações, e o uso dado a populismo tem permitido enxergar quase nada, condenando todo um período à malhação. No entanto, sua substituição por trabalhismo pode limitar-se apenas ao universo abrangido pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelos sindicatos. Mesmo que seja alargado — com a necessária inclusão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre outras personagens —,¹⁵ o ancoramento na especificidade histórica há de levar em conta interfaces comparativas.

Na busca de respostas ao Craque de 29, que esmigalhou as exportações latino-americanas e abalou a política oligárquica, o primeiro governo Vargas não é exceção. Na América Latina, contabilizou Hobsbawm, *12 países mudaram de governo ou regime no biênio 1930-1931, dez deles por golpe militar*. Essa dúzia de mudanças decerto não pariu a política populista, mas se esboçaram *as tendências gerais da política de massa, isto é, líderes autoritários buscando o apoio dos trabalhadores urbanos*. Encontramos, a partir desse marco, a oportunidade de deslocar blocos hegemônicos do aparato político-institucional, de promover a industrialização e salvaguardar esta última de um movimento operário anticapitalista. Cortejar os trabalhadores, em vista disso, poderia

¹³ GOMES, A. de C. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

¹⁴ FERREIRA, J. O nome e a coisa. O populismo na política brasileira. In: _____. (Org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁵ Sobre o comunismo como *alter ego* da esquerda trabalhista, ver: SILVA, F. T. da. Breve história de erros e bodes expiatórios: PCB e trabalhadores (1945-1964). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E PERSPECTIVAS DA ESQUERDA, São Paulo, 13-15 de agosto de 2003. Mimeografado. Publicado na obra *História e perspectivas da esquerda*, Cf. SILVA, F. T. da. Breve história de erros e bodes expiatórios: PCB e trabalhadores (1945-1964). In: FORTES, A. (Org.) *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 189.

abrir uma nova fonte de poder e, ao mesmo tempo, debelar a ameaça da revolução.¹⁶

Quando apresenta não só a meta do rearranjo do sistema político-econômico, mas também seu endosso do direito dos trabalhadores aos direitos sociais, Getúlio é parte de um fenômeno em expansão: a incorporação das massas às instituições republicanas (um passo, em si mesmo, notável) — um passo cujos primeiros movimentos antecedem a Crise de 29, mas que se desenvolvem a partir de 1930, aqui e ali, seguindo processos diversos (não necessariamente eleitorais). Ao acenar com juras de justiça social para um operariado em crescimento numérico, Vargas despertou empatia, em sua campanha presidencial de 1930. Em segundo lugar, ele não era o único a ver no liberalismo uma política fracassada e a defender um projeto de inspiração autoritária de variadas simpatias (positivista, nazi-fascista ou salazarista).

Robert Levine, vale citar, faz referência a outro país americano que também se altera em função da Grande Depressão, seguindo caminho distinto, mas não absolutamente distinto. Ele observa que Roosevelt, no Rio de Janeiro (em 1936), atribuiu a Vargas um papel de referência para a formulação do New Deal, por causa da política estatal de intervenção, tanto regulando a economia quanto buscando a vizinhança dos sindicatos.¹⁷ A industrialização a que a América Latina almejava ou a sociedade industrial que Roosevelt reformou careciam de reconhecer e integrar o operariado. Exclusão, indiferença ou hostilidade, nessa conjuntura, empurravam os trabalhadores para as hostes das esquerdas.

Ao recolher fichas para o seu cacife apresentando-se como anteparo a uma escalada comunista (nem sempre em curso), o primeiro governo Vargas exploraria algo além do anticomunismo de dois fortes aliados, a Igreja e as Forças Armadas (FFAA). Em seu intento de dispor de um par alternativo, aos trabalhadores brasileiros os mais humildes e longínquos foi estendida uma oferta que, afinal, minimizou as loas ao embranquecimento imigrante. Ângela de Castro Gomes foi mais uma vez pioneira quando

¹⁶ HOBBSBAWN, E. *Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 108, 212.

¹⁷ LEVINE, R. M. *Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 29, 41.

argumentou que Vargas, ao enquadrar o trabalhador brasileiro, o retratava com valor, enaltecendo-o. Ainda que não tivesse direito à livre organização, o operariado de carteira assinada passou a ter direitos e sua dignidade finalmente acolhidos no ordenamento da República. (Isso, no entanto, não impediu Adriano Duarte de concluir que cidadania e exclusão se encontravam, perigosamente, entrelaçadas.)¹⁸

Enquanto buscava cativar o operariado, o primeiro governo foi negligenciando as promessas de uma nova ordem constitucional e evidenciando que não se tratava de derrotar as esquerdas para, em seguida, devolver o poder ao rodízio oligárquico faccioso. Em 1935, rasgando a Constituição de 1934, a escalada ditatorial que culmina com o Estado Novo em 1937 não era hostil aos direitos dos trabalhadores. Afora as alianças e seu gosto pelo poder, o que deu sustentação a Vargas foi a formulação estratégica de um Brasil industrial sem negligenciar a lavoura do café (e outras). Também providenciou, pensando em Segurança Nacional, investimentos em propaganda, polícia e nas FFAA.

Indicando para a improcedência de certas explicações comparativas, John French aponta para uma abordagem que enxerga na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o sopro de um paternalismo latino-americano — *eco da herança colonial*.¹⁹ Esse eco teria sido reelaborado na forma de paternalismo estatal, com o governo agindo como benfeitor, favorecendo uns de maneira arbitrária ou clientelista, ou respondendo a outros em função de pressões corporativas (em prejuízo do bem-estar da maioria). Na abordagem indicada, o paternalismo — arraigado na mentalidade dos donos do poder — inspira o trabalhismo, e aí se renova e se prolonga, arrebatando as massas. Assim, modernidade, cidadania e democracia permaneceriam estranhas aos brasileiros, sempre aferrados, de alguma forma, ao apadrinhamento e ao mandonismo das elites. O que essas comparações improcedentes fazem é aferrar

¹⁸ GOMES, A. de C. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. (Org.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; DUARTE, A. L. *Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945*. Florianópolis: EDUFSC, 1999.

¹⁹ FRENCH, J. D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 28. (História do Povo Brasileiro).

a história à servidão dum ente chamado *herança colonial*: ibéricos, logo, imperfeitos — ontem, hoje e amanhã.²⁰

A lavagem de populismo deve enxaguar armadilhas e distorções. Em segundo lugar, paternalismo e populismo decerto nada têm a ver com o lugar que antes ocupavam numa superada “Teoria Geral”. Quando o modelo não tem lugar para a história, a história derruba o modelo, advogou E. P. Thompson.²¹ Ao falar das revoluções políticas modernas, ele escreveu que aconteceu de um jeito na França e de outro na Inglaterra. Será que podemos dizer que aconteceu de um jeito no Brasil e de outro na Argentina (e que portanto não há um modelo de populismo mas, antes, experiências históricas)?

POPULISMO

Havia outros personagens em cena, em posse de sua história. No caso do varguismo, havia trabalhadores que se viam como uma classe social, e boa parte deles percorria uma trajetória de migração. O trabalhismo — e isso deve ser sublinhado — não cavou um fosso entre excluídos e incluídos. Ao contrário, vai ao encontro de expectativas e iniciativas por justiça social e renova-se, ao figurar no caminho de movimentos e iniciativas que requisitam

²⁰ Para uma crítica à abordagem mencionada, ver: SILVA, F. T. da; COSTA, H. da. Trabalhadores urbanos e populismo. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 229. “Modernização”, “racionalização” e “progresso” são repetidamente invocados como contraponto de um pressuposto atraso. Na regularidade com que são apelados, refletem o contragosto patronal ante a penetração de seu mundo privado - o recinto do trabalho - pela esfera pública, o que reformula os conflitos de classe. Como indica Giovanni Levi, certas dicotomias (cidade/campo, centro/periferia, civilizado/primitivo, ilustrado/rude, trabalho livre/trabalho escravo, industrial/pré-industrial) prendem a pesquisa e a análise a esquemas hierarquizados e teleológicos. Ver: NEGRO, A. L. O fragmento como via de acesso à história social. *Diálogos*, Maringá, v. 1, n. 1, p. 124, 1997.

²¹ Ver, a respeito disso, a resenha de SECRETO, V. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 46, p. 300-301, [199?].

sua contemplação pelas leis do trabalho, ou que usam precedentes para melhorar sua posição de barganha — inclusive da parte dos trabalhadores rurais.²² Na hora marcada em que podiam conversar e reivindicar, os trabalhadores, frustrando o corporativismo, adicionaram agitações por empresa, por categoria ou intersindicais. Mas também o fizeram fora da hora prescrita pela lei. Este acréscimo, que emerge maciçamente no fim da Segunda Guerra, já estava em desenvolvimento no governo provisório (1930-1934) e nas vésperas da decretação do estado de sítio em 1935, quando, pela repressão, os sindicatos foram submetidos.

Sabemos, com toda a certeza, que não houve um triunfo da manipulação. Mesmo assim, um aspecto a ser conferido é o alcance da política varguista, que não cogitava renunciar ao controle e à tutela. Getúlio aspirava a ser chefe; seu perfil era de um político paternal e redentor. Ele recrutou a platéia que desejava receber o anúncio de suas medidas. Logo, o trabalhismo foi inventado para afinar e reger as palmas que Getúlio ansiava por ouvir. Tal aspiração predispsôs a política trabalhista a enquadrar os trabalhadores como perigosos, ou ainda como despropositados, submissos e imaturos. Não fossem zelados, seriam presa fácil das mazelas da pobreza, das ideologias “exógenas”, de seus maus padrões ou de seus hábitos “primitivos” (por causa de seus batuques e terreiros). Portanto, clientelismo e mandonismo, espionagem e polícia, propaganda e truculência eram cartas do baralho.

O trabalhismo foi precedido por uma escalada autoritária — de cerca de sete anos (1935-1942) — no decorrer da qual Vargas reservou o lugar do trabalhador no Estado Novo (1937-1945) à medida em que apagava toda dissidência, à esquerda e à direita. Mais ainda: Vargas apartou a democracia dos direitos sociais, cancelando a primeira enquanto outorgava leis de amparo ao trabalhador. Ao rasgar a Constituição de 34 foi duplamente antiliberal: enterrou a democracia e acatou os direitos sindicais e sociais dos trabalhadores. Porém, isso não

²² STOLCKE, V. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986; FERREIRA, J. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1997; WELCH, C. *The seed was planted: the São Paulo roots of Brazil's rural labor movement*. Pennsylvania: Pennsylvania University Press, 1999; NEVES, B. *Do mar ao museu: a saga da jangada São Pedro*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

sufocou a posterior manifestação de lutas, em resistência à Lei do Esforço de Guerra, que apontavam para uma democracia com direitos bem antes de 1945.

As considerações de Bourdieu sobre o dom nos apontam elementos importantes.²³ Ressaltando a ambigüidade de sua experiência, é primeiro observado que — sem descartar a consciência da lógica da troca — o doador atua representando a rejeição do interesse e do cálculo egoísta e exaltando sua generosidade. A troca permite a *comunicação que converte as relações de força bruta [...] em relações duráveis de poder simbólico; ela transfigura o capital econômico em capital simbólico, a dominação econômica em dependência pessoal*. Por isso, Bourdieu assegura que as tentativas de transformar a troca simbólica pela consciência e pela vontade colidem com *resistências ocultas dos afetos e com as injunções tenazes da culpabilidade*. Note-se ainda o fato de Bourdieu sublinhar que a troca não é possível sem *conhecimento e reconhecimento*. Isto é, não é possível sem que os dominados compartilhem com os dominantes *esquemas comuns de percepção e apreciação* através dos quais os dominados percebem o modo como são percebidos pelos dominantes.

Tudo isso nos afasta da tese do populismo como política de demagogia ou obscurecimento da consciência dos trabalhadores. E nos aproxima da hegemonia, um campo de relações em que classes sociais distintas constroem, compartilham e disputam ideologias, valores, crenças, práticas e espaços, comuns ou contíguos. Se criticamos populismo porque não subscrevemos o triunfo da manipulação, com isso transparecendo o trabalhismo como um movimento social, o mesmo populismo ainda tem alguma validade.

Seguindo a definição de Hobsbawm, populismo serve para lembrar que o varguismo não era um fenômeno fora de série, que era espécimen do gênero populista,²⁴ evitando, como consequência, o ensimesmamento nacional. Em segundo lugar, nos recorda que várias de suas lideranças não eram democráticas. Não é que cultivassem, na encolha, o desprezo pelas instituições republicanas

²³ BOURDIEU, P. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. *Mana*, [Rio de Janeiro], v. 2, n. 2, p. 7-9, 14-15. 1996.

²⁴ Sustenta o contrário CAPELATO, M. H. R. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, J. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

(embora a democracia muitas vezes pudesse ter um mero valor instrumental), mas quer dizer que, em relação aos trabalhadores, tais lideranças não lhes estendiam uma mão sem que a outra não estivesse em posse de máquinas políticas ou agências de propaganda, espionagem e repressão, muitas vezes em alianças com empresários. Isto nos previne contra a sedução de um irresistível PTB, composto e liderado por sindicalistas independentes e representativos.

Indo bem mais fundo que Hobsbawm, dois historiadores que não abandonam o conceito de populismo são John French e Daniel James. O primeiro por causa da análise que faz da aposta populista de Getúlio Vargas, bancada plenamente nas eleições do pós-guerra. O segundo pelas suas conclusões, defendidas no final dos anos 70 do século XX. James argumentou que a influência do peronismo na consciência de classe dos trabalhadores argentinos levou a um resultado *paradoxal*. Os trabalhadores respondiam com *forte cultura oposicionista* aos chamados à colaboração das classes mas nem por isto endossavam uma ideologia revolucionária do conflito entre as classes, apresentando *elementos que promoviam integração e cooptação*.²⁵

TRABALHISMO: OBRA INACABADA

Embora tenham apadrinhado toda uma geração de sindicalistas devota à idolatria do “chefe” estadonovista e, por conseguinte, subserviente ao Ministério do Trabalho — geração esta que se reproduziu sem a concorrência de forças de esquerda —, o mesmo Vargas e sua equipe laboral, em 1942, constataram que o regime do Estado Novo não recebia apoio sindical consistente.²⁶ De fato, desde 1935, Getúlio pouco fizera além de ditar aos

²⁵ FRENCH, J. D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 267. JAMES, op. cit., p. 262. Em entrevista, perguntamos a Daniel James e John French o que pensavam do debate populismo *versus* trabalhismo. Ver as respostas em: FORTES, A.; NEGRO, A. L.; FONTES, P. Pensar a América Latina. In: FORTES, A. et al. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999. p. 189 et seq.

²⁶ GOMES, 1988, p. 269 et seq.

sindicatos o que fazer. Ao inventar o trabalhismo, seu criador relaxou as rédeas do controle repressivo e exortou à participação. Esta, no entanto, trazia um corpo estranho, o PCB.

*Na presença de Vargas, recorda Armando Mazzo em sua autobiografia, era difícil ficar à vontade.*²⁷ Figurante numa caravana sindical ao Palácio do Catete, ele anotou que um líder pegou a palavra para saudar o chefe do Estado Novo: *Excelência, estamos aqui para prestar nossas homenagens ao trabalhador número 1 do Brasil. Afirmamos à V. Excia.: os trabalhadores querem muito bem à V. Excia., porque estão contentes com o vosso governo.*

Escalado pelo PCB para atuar no recinto com um papel diferente, Mazzo fez uso da palavra querendo discordar do tom deitado nos elogios, mas necessitou observar desconfortáveis limites. Assim, sugeriu que o atrelamento dos sindicatos ao Estado não produzia apoio, mas bajuladores e uma viciada rede clientelística. Mazzo também aludiu à insatisfação com o custo de vida. Porém, sublinhou que a maior queixa era *a morosidade da Justiça do Trabalho, sempre aproveitada pelos patrões para protelarem ao máximo o desfecho das causas trabalhistas, burlando assim as leis do Estado Novo*. Indagado se era comunista, Mazzo negou, afirmando ser getulista. Ele abraçou o único papel disponível (naquele cenário): ser getulista mesmo, diante do ditador, levando-lhe os reclames e anseios operários, informando que a situação era instável, e que o propósito da paz social estava para esvair-se em protestos, desilusão e ressentimentos. Getúlio, que não desejava ser hostil ao operariado, pode ter pressentido algo no ar além de subversão.

Prometendo justiça social com o amparo do trabalho pela lei, Vargas tinha uma proposta de inclusão dos trabalhadores — como uma classe — na República. Todavia, o Estado Novo não comportava nem sindicalistas autênticos nem partidos, sendo fundado o PTB apenas em 1945 — e com a clara atribuição de tornar o PCB desnecessário aos trabalhadores.²⁸ Antes de criar o seu partido, a política laboral varguista arriscava-se a ser ineficaz não

²⁷ MAZZO, A. *Memórias de um militante político e sindical no ABC*. São Bernardo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1991. p. 90-91.

²⁸ LOYOLA, M. A. *Os sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais*. Petrópolis: Vozes, 1980; BENEVIDES, M. V. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989; DELGADO, L. de A. N. *PTB: do getulismo ao trabalhismo, 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989; D'ARAUJO, M. C. *Sindicatos, carisma*

fosse o concurso da invenção do trabalhismo, em 1942, e, em acréscimo, o ressurgimento das lutas sociais e do PCB, exigindo um trabalhismo coerente, amplo e efetivo. Nesse sentido, o trabalhismo oscilava em servir tanto a seu inventor quanto ao público a que se destinava, sendo muito difícil ancorá-lo, de modo permanente, numa posição reciprocamente vantajosa. Porque, para o operariado, foi um convite à ação, à manifestação, ao voto, à sindicalização, à defesa da *legislação social mais avançada do mundo*, a CLT. No entanto, muitos sindicatos se restringiam a preencher papelada, aqueles que haviam saído do papel.

Também a CLT é natimorta, mas não só por causa do antagonismo patronal. Enquanto não saía do papel, é verdade, a polícia, a Lei do Esforço de Guerra e os patrões já eram contrários ou desdenhosos aos direitos nela consagrados. Baixada pelo próprio governo Vargas, a Lei do Esforço de Guerra impedia sua aplicação, cancelando vários direitos.²⁹ Por isso, no instante de seu lançamento, o trabalhismo era uma agenda inacabada, que ainda precisava passar por testes e ajustes, influenciáveis pela ação dos trabalhadores. Estes, como sempre, foram capazes de surpreender pela firmeza de propósitos específicos e pela sua independência de ação.

Da parte dos patrões foi hábito o antagonismo, o desrespeito ou o desconhecimento da lei. Igualmente comum foi a discriminação, como ilegal, de tudo aquilo que a lei não previa, retórica acionada naquelas negociações em que os trabalhadores pleiteavam o reconhecimento de direitos incomuns — as comissões de fábrica por exemplo. De sua parte, a polícia política conviveu, sem maiores problemas, com o desrespeito das leis de proteção ao trabalho nas empresas aonde investigava os protestos operários. Com frequência indicou esse fato como causa dos atritos, mas não perdia tempo com a inobservância da lei.³⁰ Outro mais, na ditadura

e poder. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996; FORTES, A. *Nós do Quarto Distrito...: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

²⁹ COSTA, H. da. *Em busca da memória: organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo*. São Paulo: Scritta, 1995. p. 15 et seq.

³⁰ JORDAN, T. *Contesting the terms of incorporation: labor and the state in Rio de Janeiro, 1930-1964*. 2000. Tese (Doutorado em História)–University of Illinois at Urban, Champaign, 2000. p. 60 et seq.

ou na democracia, a polícia se enxergava — e assim era vista pelos donos do poder — como fiador ou mantenedor da colaboração entre as classes.

Mais e mais esboçadas a partir de 1943, foram as lutas sociais que propiciaram o suplemento rápido sem o qual o trabalhismo não ganharia o viço de um movimento de massas, vigor reaproveitado no quererismo. Aí o trabalhismo saía do papel. Conjugando afirmação da dignidade do trabalhador braçal com a luta por direitos, autonomia sindical e liberdade política, greves e comissões de fábrica, essas lutas trouxeram à tona a necessidade de encaminhar o contratualismo, sem abrir mão do conflito, em três níveis: o local de trabalho, a categoria (insinuando o amálgama intersindical) e o sistema político, o que poderia implodir o sistema corporativo da CLT e influir, de ponta a ponta, na reorganização institucional e partidária do pós-guerra. Isso apareceu, de modo ameaçador, no reerguimento do PCB e na insinuação de um radical ativismo operário.

Orquestrando a transferência do poder político institucional das mãos das oligarquias, Vargas desejava formatar a presença do operariado. Exortando ao trabalhismo, não conseguiu impedir que seu invento fosse permeável à ação dos trabalhadores, o que introduziu o risco da dissidência e da ultrapassagem. Este risco, vale frisar, não repousava apenas em mãos de vanguardas ativistas, pois era evidência da auto-organização da maioria sem discurso político-partidário articulado. No fim da Segunda Guerra, a proliferação de movimentos sociais não era reflexo único dos militantes dispostos à organização partidária. A distância entre a estrutura do PCB e os mundos do trabalho, muitas vezes, se refletiu na independência dos trabalhadores.³¹ Valendo-se de seus próprios recursos e experiência, ao entrarem em disputas e confrontos, os trabalhadores mostraram que podiam se apossar dos sindicatos e revertê-los em seu favor, esboçando uma luta por direitos abrangente e diversificada — e isto não só nas conurbações fabris

³¹ Hélio da Costa chama a atenção para as relações de legitimidade e liderança, oriundas da vivência cotidiana, como eixo da difusão de comissões de fábrica, nas indústrias paulistas. Ver: COSTA, 1995, p. 12. Ver também: NEGRO, A. L. Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais. A participação operária na política do pós-guerra. *História*, Assis, n. 21, 2002.

e urbanas.³² Por causa disso, o governo Dutra, que foi eleito com apoio de Vargas, deflagrou ampla e longa ofensiva antioperária a partir de 1947.

Vamos encontrar o segundo sentido da incompletude do trabalhismo — uma obra imprevisível e acidentada — na trama do Golpe de 64. Os golpistas deixaram transparecer que temiam os rumos da politização do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), das Reformas de Base e do despertar social. Outra vez, não estamos diante de uma peculiaridade nacional. As Forças Armadas tomaram o poder ante os herdeiros do grande líder populista brasileiro Getúlio Vargas, precipitando uma *onda de regimes militares*.³³ Aquela aliança tão bem urdida, com suas máquinas de consenso ou castigo, havia deixado de ser uma invejável engenharia de poder: agora estava, segundo a direita, fora de controle. Aconteceu de um jeito no Brasil, aconteceu doutro jeito na Argentina.

Se voltarmos aos anos 30 do século XX, perceberemos que as contramarchas brasileiras de 1947 e 1964 dispõem de um precedente no primeiro governo Vargas. Investigando a implantação da estrutura sindical corporativa entre 1933 e 1935, Alexandre Fortes identificou, na relação entre sindicato e Estado, uma tensão fundamental: os direitos tinham de valer, contrariando os patrões.³⁴ Sem esquecer o poder de Vargas de dismantelar e imobilizar, um movimento operário subsistiu. Foi, por isto mesmo, abatido pelo contra-ataque aos levantes comunistas de 1935.³⁵ Diversas pesquisas, de fato, já demonstravam que o sindicalismo não capitulara nas mãos de Vargas, tendo conseguido preservar projetos e ação independentes, até 1935. Vários sindicatos, ao invés de serem destruídos ou criados, foram reorganizados pelos trabalhadores, a partir de posições amadurecidas e consolidadas (e não necessariamente indispostas com o varguismo).³⁶

³² LEITE LOPES, J. S. A formação de uma cultura operária. *Tempo & Presença*, Rio de Janeiro, n. 220, 1987.

³³ HOBBSBAWN, op. cit., p. 429.

³⁴ FORTES, A. Como era gostoso meu pão francês. A greve dos padeiros de Porto Alegre (1933-34). *Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, 1997.

³⁵ FORTES, A.; NEGRO, A. L. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA, J.; NEVES, L. de A. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 199-200. v. 2.

³⁶ BATALHA, C. H. de M. *Le syndicalisme «Amarelo» à Rio de Janeiro (1906-1930)*. 1986. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Paris I, Paris, 1986;

REDES TRAMADAS ENTRE RUAS E PALÁCIOS

Se então sabemos que os trabalhadores eram capazes de endiabrar as estratégias de dominação que lhes eram destinadas, de onde retiravam esse poder?

Não vinha, em primeiro lugar, só de suas lideranças. Tampouco chegamos a uma resposta satisfatória adicionando fábricas ou locais de trabalho. O processo de formação da classe — envolvendo identidades (verticais e horizontais), um diversificado associativismo, conflitos e relacionamentos vários — abrange outros lugares e instâncias das vidas dos trabalhadores (sem que desdêem a institucionalidade sindical e político-partidária). Em uma das resenhas publicada nesse número dos *Cadernos AEL*, Amy Chazkel aponta para *os confins estreitos dos locais de trabalho* e sugere que a história social procure os trabalhadores *em casa, na rua como consumidores de bens públicos (como habitações), e nas horas de lazer*. Chazkel pondera que a ação operária por melhores salários é parte da história, mais ampla, em defesa do controle de *suas próprias vidas*. Haja vista as muitas diferenças e a conflituosidade prevalentes numa sociedade desigual, a história do trabalho tem muitos universos para pesquisar.

Se considerarmos o mandonismo e o clientelismo da política, é claro que as classes subalternas podiam se relacionar com as classes dominantes como um grupo subordinado. Suas relações internas não são um veículo de unificação apenas, pois também davam vazão ao facciosismo estendido das elites. Além de desafetos nutridos em público, suas diferenças são explicitadas em lealdades que se trocam ou serviços que se prestam, mediante capangas, cabos eleitorais e dedos-duros, entregando ou neutralizando segredos, ameaças ou pessoas; servindo a outras causas e finalidades. Mas sem perder as suas próprias.

Aliados a facções das elites, não eram passivos nem haviam sido imobilizados. Pobres e trabalhadores, ao contrário, cultivavam

STOTZ, E. N. *A união dos trabalhadores metalúrgicos do Rio de Janeiro na construção do sindicato corporativista: 1932-1945*. 1986. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1986; GOMES, 1988; FRENCH, J. D. The origin of corporatist intervention in brazilian industrial relations, 1930-34: a critique of the literature. *Luso-Brazilian Review*, University of Wisconsin Press, v. 28, n. 2, 1991; ARAÚJO, A. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Scritta, 1998.

sua moral e costumes. Mantinham suas práticas — em geral vistas como dissolutas ou bárbaras —, nos seus bem defendidos locais de sociabilidade e moradia, nas ruas e praças, entregando-se aos seus amores e valores. Podiam ser ágeis e móveis, e ter vários pontos para comer, trabalhar e dormir, não tendo serviço ou paradeiro fixos. Podiam ser livres, não havendo feitor ou patrão para arrancar-lhes serviço. Não se amasiavam seguindo o modelo das pessoas “de bem”. *O que caracterizava estes grupos era a sua mobilidade, sua liberdade e sua independência,*³⁷ o que muitas vezes era visto como um perigo: atrevidos, ousados e sem lugares fixos. Defendendo seus espaços da infiltração ou assédio dos “outros”, pobres e trabalhadores disputavam seu dia-a-dia, muitas vezes se dividindo entre “marmiteiros” (que os bichos soltos chamavam de “otários” — porque trabalhavam), e “bichos soltos” (que os marmiteiros chamavam de “vagabundos” — porque não trabalhavam). Mas também podiam se valer de tais espaços para sua união, ou para protestos e motins.

Nesse sentido, é preciso atentar para sua tenaz autopreservação, tanto dispensando interesse aos *seus traços mais robustos e desordeiros* quanto descentralizando a importância dada aos *sóbrios antecedentes constitucionais do movimento operário* (recorrentes entre os artesãos). Pois os que não possuem linguagem articulada *conservaram certos valores — espontaneidade, capacidade para a diversão e lealdade mútua —, apesar das pressões inibidoras.*³⁸ *Bem mais do que ‘bilontras’ ou ‘bestializados’,* concluiu Carlos E. Soares em seu livro sobre a negregada instituição, *os capoeiras do crepúsculo do regime monárquico mostravam ter percepção aguda da ação política da elite branca e dos aliados possíveis no jogo fechado da política parlamentar.* Mais ainda, ironizou ele, *sua aliança com os conservadores decerto deixaria intelectuais do final do século 20 escandalizados.*³⁹

Partindo de condições objetivas comuns, que formatam a experiência, mas vivendo essas condições objetivas segundo valores culturais diversos e de acordo com envolvimento nesta

³⁷ LINEBAUGH, P. Todas as montanhas atlânticas estremececeram. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 6, 1983. p. 17.

³⁸ THOMPSON, 1987, p. 61-62.

³⁹ SOARES, C. E. L. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994. p. 313.

ou naquela rede interpessoal, os integrantes das classes subalternas são personagens de relações que se espriam num campo aberto, sujeito a disputas e a mudanças. Exortando ao desmonte do aprisionamento “pré-conceitual” em que muitas vezes o conceito de classe se enquadrrou, Edoardo Grendi definiu a história social como *história das relações entre pessoas e grupos, daí a escolha de uma sociedade em escala reduzida como a aldeia camponesa, uma opção sem dúvida guiada pelo exemplo paralelo da antropologia*.⁴⁰

Quem compunha a turma que inspirou Carlos Prado a pintar a tela *Os Garis*. Apresentando-nos trabalhadores de rua e não-brancos — e enrodilhados em torno de seus assuntos —, a



Figura 1: Varredores de Rua (Os Garis), Carlos [da Silva] Prado (1908-1962), óleo sobre tela, 101 x 120,5 cm, 1935.

⁴⁰ Embora Grendi não seja totalmente receptivo à *Formação da classe operária inglesa*, ele cita esta obra para fundamentar seu argumento, Cf. GRENDI, E. Microanalisi e storia sociale. *Quaderni Storici*, Bolonha, n. 35, p. 507, 518-519, 1977.

diferença de seus meandros defronte a uma célula partidária é óbvia. Contudo, uma não cala a outra. Não devemos eleger a célula como política e fazer da rodinha a arena de um grupo incapaz de racionalidade e ação. A célula desponta como politicamente pontiaguda, já que era para ser o posto avançado de um grêmio revolucionário no âmago da produção capitalista. Já as rodinhas, com a galhardia de seus tipos, se amontoavam em torno de outros “secretários”. (Podendo ser, inclusive, um ramo capilar de uma célula.) Em si mesmas, de qualquer jeito, não são menos políticas nem menos importantes, pois são espaços onde os de baixo formularam iniciativas e consciências horizontais, na defesa de suas vidas. Podiam ser seguras, isto é, podiam ser bem defendidas contra devassas da polícia, um freqüente adversário de ajuntamentos. Podiam ser, inclusive, mais seguras que as células militantes. De fato, bastava os trabalhadores se reunirem para despertar a curiosidade da polícia e dos patrões, regularmente inquietos com seus falatórios. Que tipo de sedição estariam tramando? A quem estavam dando ouvidos? Devemos hoje, em contraste, nos indagar: seria interessante dar ouvidos a alguém? Eram politicamente pontiagudas as rodinhas.

A MULTIDÃO

O mundo que milhares de trabalhadores estavam criando, com suas tradições e idéias e, ainda mais, a partir da fábrica e das ruas, se entreabriu mais uma vez, em 1960, no último ano do governo JK. *São Paulo foi varrida por uma onda de greves durante outubro e novembro*, registrou William Cochran, Cônsul Geral dos Estados Unidos da América na capital paulistana. De um lado, uma *base firme*, feita de *queixas econômicas legítimas*. Doutro lado, o ativismo. Eis os ingredientes das paralisações de metalúrgicos, gráficos, motoristas, marítimos, ferroviários, doqueiros e portuários.⁴¹

Apesar disso, muitos trabalhadores compareceram ao serviço. Em resposta, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo

⁴¹ *Labor Unrest Declines, 1960-1963*. National Archives and Records Administration (Nara II), GRDS, RG 59, Central Decimal File, box 2417, 832.06/12-2260. Fonte usada no parágrafo seguinte.

(SMSP) organizou 'esquadrões voadores' de piqueteiros que cruzaram a cidade de ponta a ponta. Enquanto isso, passeatas no centro de São Paulo fizeram demonstrações em frente da Assembléia e da Prefeitura. Os piqueteiros não despejavam bombas do céu da cidade. Se observarmos o contingente policial mobilizado, aí veremos uma organização para o conflito. A Polícia Militar (PM) ficou ativa 24 horas: seis pelotões de choque equipados com carros blindados e gás lacrimogêneo estavam a postos. Em acréscimo, se designaram destacamentos policiais pesados até as metalúrgicas. Ao concluir, o Cônsul admitiu que a greve foi pacífica na sua maior parte. O único incidente de violência, ele registra, deu-se quando o filho do proprietário de uma metalúrgica entrou em pânico ou mesmo deliberadamente arremeteu seu carro contra um grupo de piqueteiros, matando um operário e ferindo dois outros. Quando as paredes se esgotaram em novembro, elas haviam reforçado o argumento comunista segundo o qual apenas os sindicalistas pecebistas podem dar resultados. Apesar disso, o Consulado dos Estados Unidos da América conseguiu identificar efeitos salutares. Um deles era a demissão do ministro do Trabalho Batista Ramos — um claro sinal da desistência, de JK, de ser "mole" com o PCB.

Nessas ocasiões os jornais descrevem os jovens manifestantes da multidão como delinqüentes ou desocupados recolhidos nas ruas — uns arruaceiros. Na pobreza grassavam os elementos perigosos, imprimiam os diários. Nada tinham a perder; eram os mais briguentos. Qualquer mísera oferta lhes cativava para a baderna das greves do CGT. Noutro ângulo, em compensação, encontramos personagens diversas. Madrugando como sempre, um adolescente arrumou-se para ir ao serviço. A rua estava toda pichada. Eles [a turma do sindicato] escreviam no asfalto. Ante os rumores da circulação dos piqueteiros, seu José da Portaria deu folga para todos.⁴² Mas o jovem não voltou para casa. Trepou numa caminhonete e foram ver como é que estava a situação. Nós — nós os grevistas — fazíamos o que os mais velhos mandavam: passávamos em frente a uma fábrica que estava trabalhando e tacávamos pedras nos vidros. Nas ruas, o choque dos desejos, a carga da cavalaria, as bolinhas de gude rolando — e derrubando os soldados —, o gosto da "farra", quando tudo era novidade, tudo era coisa que eu só conhecia de ouvir os mais velhos contarem.

⁴² PARANÁ, D. *O filho do Brasil: de Luiz Inacio a Lula*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 74-76, 79-82.

Entre as hostilizações dos piqueteiros contra seus pares, as lembranças de um “moleque” cuja irmã trabalhava numa fábrica de juta são esclarecedoras:

O pessoal saía em passeata e ia parando as fábricas. Como os donos não queriam a paralisação, o pessoal então derrubou o muro da fábrica. Era um muro alto. Todo mundo pôs a mão no muro e começou a empurrar, empurrar, empurrar... Foi empurrando... e caiu uma parte grande do muro. Diante disso, liberaram os funcionários. Aí, o pessoal fez um corredor polonês, e neguinho que tava furando a greve dentro da fábrica ia tomando tapa na cabeça, na bunda... eles ficaram ali, azucrinando. [...] Minha irmã passou pelo corredor, mas não se machucou [...]. Eu tinha ido buscá-la, não queria que ela furasse a greve, tinha medo de confusão.⁴³

O que antes era indício de fragilidade organizativa é agora investigado como “superpolítico”. Não mais podemos ficar retidos no discurso articulado de organizações sindicais e partidárias nem tampouco é suficiente buscar os trabalhadores apenas nos locais de trabalho. Há uma subvegetação notável abaixo da copagem espessa e vistosa, e isso fica desconhecido sobretudo quando olhamos de cima, partilhando a visão dos dirigentes, ou da intelectualidade. Hábil em circular ardis — assim como estratégias, símbolos e valores —, mas também recados e alertas entre as praças dos “marmiteiros” e as oficinas, a astuta comunicação das classes subalternas lhes dá escudos e armas, apesar das divisões internas e da vigilância a que está submetida. Assim, retém consigo uma certa margem de manobra, que é o suficiente para dotá-la de coesão e vontade própria.

CONCLUSÃO

Se reconhecemos que havia algo de notável no período do pré-64 — e se reconhecemos que o Golpe de 64 não conseguiu eliminá-lo de todo —,⁴⁴ talvez o Novo Sindicalismo e a agremiação

⁴³ *Ibid.*, p. 79.

⁴⁴ RAMALHO, J. R. *Estado-Patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; ABREU, A.; PESSANHA, E. G. da F. (Org.). *O trabalhador*

dele derivada — o Partido dos Trabalhadores (PT) — não correspondam à sua auto-imagem de absolutamente extraordinários, de um lado, e de politicamente imaculados, doutro lado. Por isto mesmo, se não era o único espécimen de ruptura com o sindicalismo prescrito pela CLT — havendo os exemplares do pré-64 —, a liderança do Novo Sindicalismo também não consistia em criatura derivada do sindicalismo corporativista.⁴⁵ Porém, endossando a vontade, a autonomia e a organização das bases, o varguismo foi abandonado. Duramente atacado em 1968, o par PTB-PCB, dez anos depois, não galvanizava os trabalhadores. Algo de novo de fato se impusera.⁴⁶

No entanto, uma sobranceira CLT sobreviveu ao ditador que a outorgou e ao ditador que a repudiou. Vargas saiu-se com o trabalhismo para banhar-se na sua auto-imagem de patriota e benfeitor dos humildes; Castelo liderou uma sublevação civil-militar para encerrar o trabalhismo. Para o varguismo era a legislação social mais avançada do mundo. Nas mãos do governos militares — e também nas mãos de Dutra — serviu para prender e arrebentar, e pautar a agenda dos sindicatos. Sua longevidade pode ser, em parte, explicada porque também beneficiou correntes que afirmavam sua autonomia diante do Estado e dos patrões, caso dos comunistas, da aliança PTB-PCB ou dos novos sindicalistas dos anos 70 e 80 do século XX. Por fim, a CLT é o mais estável horizonte de direitos do trabalho da história do Brasil republicano, estando profundamente arraigada na cultura política.

Com energia providenciada pela luta e esforços dos trabalhadores, a coligação PTB-PCB se valia dos fundos do imposto sindical e da unicidade sindical para, à sua maneira, povoar a

carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: JC Editora, 1994; RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (Org.) *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro. A trajetória dos metalúrgicos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2001.

⁴⁵ REIS FILHO, 1997, p. 7; REIS FILHO, D. A. O fantasma do Estado. *Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 38-39, 2004.

⁴⁶ Sustento que os “autênticos” eram uma corrente sindical disposta a aplicar o programa trabalhista, intento que implicou conflitos e mutações. Ver: NEGRO, A. L. Pés e mãos do Brasil grande e potente. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 6, n. 6, p. 178, 2002; NEGRO, A. L. Ignorantes, sujos e grosseiros. *Trajatos*, Fortaleza, n. 4, p. 28, 2003.

estrutura sindical e o próprio Ministério do Trabalho, uma instituição responsável por programas de bem-estar (aposentadoria, habitação, emprego, etc.). O trabalhismo serviu, vale então dizer, para a constituição de uma máquina política em benefício de petebistas e pecebistas, sozinhos ou coligados. Mas, mesmo assim, a CLT não eliminou o conflito entre as classes nem era a famosa correia de transmissão de apoio à política partidária. E foi esta institucionalidade que os novos sindicalistas dos anos 70, 80 e 90 do século XX, usaram e transformaram em seu favor. Vencendo obstáculos e renhida repressão, esses novos sindicalistas não tiveram seu caminho derrotado por prisões e violências. Em segundo lugar, conseguiram amealhar uma expressiva fatia da institucionalidade. Aliás, neste momento, estão indo longe. Não só fizeram um presidente da República, como estão à testa de instituições antes na posse das classes dominantes. Isto agora duplica, sem dúvida, a necessidade de conhecê-los na condução de máquinas políticas. Se puderam endiabrar a institucionalidade arquitetada para dominá-los, isso não significa que sejam santos. A hagiografia não nos serve.

PATERNALISM, POPULISM AND SOCIAL HISTORY

ABSTRACT

Since Paternalism is a notion as troubled as Populism this article aims at its critics but states that Populism does not need to be discharged or preserved, in absolute terms. Some aspects of the debate on Paternalism may help us to clarify our points and specify newly developed research paths of Social History.

KEYWORDS

Social History; Paternalism; Labourism; Populism



JL, [José Lourenço Gonzaga], xilogravura. Exposição Mundos do Trabalho. Acervo do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC), Fortaleza, CE, 2002.